REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

MULHERES DE BAIXA RENDA NA ZONA RURAL DO ESPÍRITO SANTO: EDUCAÇÃO E VULNERABILIDADE AO ANALFABETISMO FUNCIONAL

LOW-INCOME WOMEN IN RURAL ESPÍRITO SANTO: EDUCATION AND VULNERABILITY TO FUNCTIONAL ILLITERACY

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 18/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794747149

Francelle Miranda Pissarra Desmots

RESUMO

Este artigo examina como as condições socioeconômicas e a escolaridade de mulheres com 15 anos ou mais, que moram em áreas rurais do Espírito Santo, se relacionam com a vulnerabilidade ao analfabetismo funcional. O estudo parte da ideia de que renda, território, idade, trabalho, tarefas domésticas e de cuidado, acesso a serviços públicos e recursos tecnológicos influenciam as chances de acesso à educação. A pesquisa usa uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, analisando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do segundo trimestre de 2024. Também traz revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas principalmente as variáveis renda domiciliar per capita, anos de estudo, idade, situação de trabalho e condição do domicílio. Os dados mostram média de 8,43 anos de estudo entre as mulheres rurais. Há grande diferença entre gerações: mulheres de 15 a 24 anos têm média de 10,59 anos de estudo, já entre as de 60 anos ou mais, a média é de 4,58 anos. A relação linear entre renda e escolaridade é fraca, o que mostra que a renda, sozinha, não explica as diferenças de escolaridade. Como a PNAD Contínua não faz teste direto de leitura, escrita e matemática, o artigo não calcula a taxa de analfabetismo funcional. Por isso, usa o conceito de vulnerabilidade ao analfabetismo funcional, sem tratar baixa escolaridade como diagnóstico desse tipo de analfabetismo. O estudo aponta que políticas públicas para mulheres rurais precisam juntar Educação de Jovens e Adultos, transporte, inclusão digital, ações de cuidado e promoção da autonomia econômica.

Palavras-chave: mulheres rurais; educação; pobreza; desigualdade de gênero; analfabetismo funcional; Espírito Santo; PNAD Contínua.

ABSTRACT

This article examines how the socioeconomic conditions and

schooling of women aged 15 or older living in rural areas of Espírito Santo relate to vulnerability to functional illiteracy. The study starts from the idea that income, territory, age, work, domestic and care tasks, access to public services and technological resources influence the chances of access to education. The research uses a quantitative, descriptive and exploratory approach, analyzing microdata from the Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua) for the second quarter of 2024. It also includes a bibliographic and documentary review. The variables analyzed were mainly per capita household income, years of schooling, age, work status and household condition. The data show an average of 8.43 years of schooling among rural women. There is a large generational gap: women aged 15 to 24 have an average of 10.59 years of schooling, while among those aged 60 or older, the average is 4.58 years. The linear relationship between income and schooling is weak, which shows that income alone does not explain differences in schooling. Because PNAD Contínua does not directly test reading, writing and mathematics, the article does not calculate the functional illiteracy rate. It therefore uses the concept of vulnerability to functional illiteracy, without treating low schooling as a diagnosis of this type of illiteracy. The study points out that public policies for rural women need to combine Youth and Adult Education, transportation, digital inclusion, care actions and the promotion of economic autonomy.
Keywords: rural women; education; poverty; gender inequality; functional illiteracy; Espírito Santo; PNAD Contínua.

1. INTRODUÇÃO

O acesso à educação abre portas sociais, econômicas e políticas. No Brasil, a Constituição Federal estabelece que a educação é direito de

todos e responsabilidade do Estado e da família. Ela liga a educação ao desenvolvimento pessoal, à cidadania e à preparação para o trabalho (BRASIL, 1988). Mesmo com essa garantia, as chances de entrar, ficar e avançar na escola ainda são desiguais.

O território é um fator importante nessas desigualdades. Na zona rural, a distância entre as comunidades e as cidades, a oferta limitada de algumas etapas de ensino, os problemas de transporte, as diferenças de infraestrutura e o acesso desigual às tecnologias podem dificultar que os estudantes continuem nos estudos. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aponta que é preciso compreender a educação no campo, considerando as condições socioeconômicas e territoriais dessas populações (INEP, 2007).

Para as mulheres, é preciso considerar a divisão sexual do trabalho e a distribuição desigual das tarefas domésticas e de cuidado. As mulheres podem juntar atividades produtivas, trabalho remunerado, trabalho familiar e tarefas domésticas. Uma pesquisa com mulheres rurais de Aracruz, no Espírito Santo, mostrou jornadas duplas ou triplas e dificuldades em reconhecer o trabalho produtivo realizado por mulheres (Duarte; Zumak, 2020).

Este artigo examina a relação entre renda e escolaridade entre mulheres que vivem em áreas rurais do Espírito Santo, incluindo também idade e situação de trabalho. Não se afirma que baixa escolaridade leva, por si só, ao analfabetismo funcional. O Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) mede competências a partir de tarefas de leitura, interpretação, escrita e matemática. Na edição de 2024, passou também a incluir o contexto digital (AÇÃO EDUCATIVA, CONHECIMENTO SOCIAL, 2025).

Como a PNAD Contínua não faz esse tipo de teste de competências, neste artigo os anos de estudo indicam a trajetória escolar e se ligam à vulnerabilidade educacional, sem servir como diagnóstico individual de analfabetismo funcional. Por isso, o texto usa a expressão vulnerabilidade ao analfabetismo funcional como categoria analítica própria deste estudo.

O Espírito Santo chama atenção porque seus indicadores médios podem esconder desigualdades internas. Em 2025, o rendimento mensal domiciliar per capita no estado foi de R$ 2.249, segundo o IBGE (IBGE, 2026). Essa média não mostra como vivem as famílias rurais de baixa renda e, sozinha, não explica suas trajetórias educacionais.

Assim, a pesquisa procura ajudar a entender as desigualdades educacionais das mulheres rurais de forma integrada, relacionando renda, idade, trabalho e território. Também mostra onde a PNAD Contínua não consegue medir diretamente o alfabetismo funcional.

2. EDUCAÇÃO, DIREITO SOCIAL E DESIGUALDADE

A educação é um direito social e ajuda as pessoas a participar da vida pública, conseguir trabalho e exercer a cidadania. A Constituição Federal inclui entre os princípios do ensino a garantia de condições iguais para entrar e continuar na escola (BRASIL, 1988). Por isso, só a matrícula não mostra se o direito à educação está sendo cumprido.

As desigualdades econômicas impactam tanto os custos diretos quanto os indiretos da educação. Mesmo em escolas públicas, transporte, equipamentos, acesso à internet, materiais escolares e

tempo para estudar podem ser obstáculos importantes para famílias de baixa renda.

A pobreza também significa ter menos oportunidades e escolhas. Nas áreas rurais, a distância dos serviços e a falta de algumas etapas educacionais podem aumentar essas limitações. O problema não está só em ter uma escola, mas em garantir acesso constante a uma rede de ensino que acompanhe todas as fases da vida.

Dados do IBGE mostram que ainda existem diferenças de escolaridade entre os territórios. Em 2024, pessoas de 18 a 29 anos no Brasil tinham em média 11,9 anos de estudo. Nas áreas rurais, essa média era de 10,5 anos (IBGE, 2025). Esse número indica que é preciso olhar para o território ao analisar as oportunidades de educação.

É preciso analisar a desigualdade levando em conta diferentes fatores juntos. Entre as mulheres rurais, há diferenças de idade, raça ou cor, renda, trabalho, tipo de família, acesso à terra e participação na economia. Assim, o grupo das mulheres rurais não é homogêneo.

3. MULHERES RURAIS E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

A vida das mulheres no campo envolve tanto trabalho produtivo quanto tarefas domésticas e de cuidado. Muitas trabalham na produção agrícola, cuidam de animais, processam alimentos e fazem atividades para o consumo da família ou para vender. Ao mesmo tempo, seguem responsáveis por grande parte do trabalho doméstico e pelo cuidado de crianças, idosos e outros parentes.

Essa situação pode ser entendida pela divisão sexual do trabalho. Kergoat (2009) mostra que a divisão social do trabalho entre

homens e mulheres depende de relações sociais e envolve separar as atividades e dar mais valor a algumas delas. Saffioti (2004) também mostra que as relações patriarcais ajudam a manter as desigualdades de gênero.

Quando as tarefas de casa e de cuidado ficam mal divididas, o tempo para estudar, fazer cursos ou ir até uma escola também acaba mal dividido. Isso pesa principalmente para mulheres adultas que pararam de estudar por gravidez, maternidade, trabalho ou por cuidar da família.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) permite que estudantes voltem à escola, mas só funciona se existirem condições reais. Quando as escolas ficam longe, os horários não ajudam, não há transporte ou apoio para quem cuida de outras pessoas, fica mais difícil continuar estudando.

A relação entre gênero e educação também tem a ver com autonomia econômica. A escola pode abrir caminho para mais informações, documentos, trabalho, acesso a políticas públicas e tecnologias. Mas não faz sentido culpar só a mulher quando ela não consegue terminar a escola. É preciso olhar para as condições sociais e do lugar onde ela vive, que moldam as oportunidades que ela tem.

4. O MEIO RURAL DO ESPÍRITO SANTO COMO ESPAÇO DE ANÁLISE

O Espírito Santo tem diferentes tipos de território e de economia. O estado reúne áreas metropolitanas, cidades pequenas e médias, e diversas formas de produção agrícola. Agricultura familiar, cultivo de café, produção de frutas, criação de gado e outras atividades

mantêm o campo como parte importante da economia e da vida social.

A média de rendimento estatal não mostra as diferenças entre áreas urbanas e rurais, nem entre homens e mulheres. Em 2025, o rendimento mensal domiciliar per capita no Espírito Santo ficou em R$ 2.249 (IBGE, 2026), mas esse número é uma média e não descreve a situação de cada grupo social.

A PNAD Contínua junta dados sobre renda, escolaridade, idade, trabalho e condição do domicílio. Mas, quando o foco é muito específico, como mulheres rurais de baixa renda em um só estado, é preciso olhar com cuidado para o tamanho da amostra, os pesos amostrais e a precisão das estimativas.

O território não é só um lugar no mapa. Ele afeta o acesso a escolas, transporte, serviços públicos, internet e empregos. Quem analisa a educação rural deve levar em conta todas essas condições.

5. ANALFABETISMO FUNCIONAL E VULNERABILIDADE EDUCACIONAL

Não dá para definir analfabetismo funcional só pelo tempo de escola. Alfabetismo funcional é conseguir usar leitura, escrita e matemática em situações do dia a dia. O INAF faz uma avaliação direta dessas habilidades e, em 2024, passou a examinar também práticas ligadas ao ambiente digital (Ação Educativa; Conhecimento Social, 2025).

A PNAD Contínua traz dados sobre escolaridade, alfabetização e condições socioeconômicas, mas não faz o mesmo tipo de avaliação

de competências. Por isso, este estudo não calcula a taxa de analfabetismo funcional das mulheres rurais do Espírito Santo.

Para interpretar os resultados, usamos a expressão vulnerabilidade ao analfabetismo funcional. Este artigo propõe essa categoria analítica; ela não é uma classificação oficial do IBGE ou do INAF. Ela aponta situações que podem aumentar o risco de enfrentar dificuldades educacionais, como baixa escolaridade, abandono precoce dos estudos, idade avançada em grupos que tiveram menos acesso à escola, pobreza e obstáculos ligados ao território.

Nenhuma dessas características permite dizer sozinha que alguém é analfabeto funcional. Uma mulher que estudou pouco pode ter aprendido habilidades importantes no trabalho, em casa e na comunidade. Da mesma forma, alguém com mais anos de estudo pode ter dificuldade em certas tarefas.

A discussão ganhou mais importância com o avanço do digital. Bancos, órgãos públicos, escolas e empregos usam mais aplicativos, sites e sistemas digitais. Por isso, para incluir alguém na educação, também é preciso que a pessoa saiba entender informações e usar tecnologia por conta própria.

Entre mulheres rurais de baixa renda, faltam internet de qualidade, equipamentos adequados ou formação digital, o que pode piorar as dificuldades educacionais. A desigualdade digital pode reforçar desigualdades educacionais que já existem.

6. RENDA, ESCOLARIDADE E CICLOS DE DESIGUALDADE

A relação entre renda e educação pode ir para os dois lados. Quem tem baixa renda pode ter dificuldade para continuar estudando. Já

quem tem pouca escolaridade pode ter menos chances de trabalho e de ganhar dinheiro. Isso pode fazer com que as desigualdades continuem acontecendo com o tempo.

Em famílias de baixa renda, a busca rápida por dinheiro pode levar crianças a começarem a trabalhar cedo ou a colocarem as tarefas da casa acima da escola. Para as mulheres, isso pode significar tanto ter um emprego pago quanto cuidar da casa e da família sem receber por isso.

No campo, é preciso levar em conta como o trabalho é organizado e como funcionam os ciclos de produção. As tarefas agrícolas mudam conforme a estação e podem exigir tempo e deslocamento. Isso não torna o trabalho rural incompatível com a educação, mas mostra que as políticas educacionais devem olhar para as condições reais das pessoas que vivem ali.

O rendimento domiciliar per capita ajuda a comparar as condições econômicas porque mostra o rendimento total da casa dividido pelo número de moradores. Neste estudo, as mulheres foram separadas em cinco faixas de rendimento de acordo com o salário mínimo vigente na época da pesquisa.

Além da renda, os anos de estudo são a principal variável de educação. O estudo analisou as médias, medianas e a distribuição por níveis de instrução. A idade e a situação de trabalho foram incluídas para ver se as diferenças de educação aparecem do mesmo jeito entre os grupos.

A análise precisa ser atenta porque estar fora da força de trabalho não quer dizer que a pessoa não faça nada. Atividades como trabalho doméstico, cuidar de parentes e alguns trabalhos feitos em

família podem não aparecer como ocupação do mesmo jeito que um emprego com salário.

7. OBJETIVOS E HIPÓTESE

7.1. Objetivo Geral

Analisar como a renda e escolaridade de mulheres com 15 anos ou mais que moram em áreas rurais do Espírito Santo se relacionam, levando em conta idade e situação de trabalho, e discutir de que forma essas condições podem se ligar à vulnerabilidade educacional e ao risco de dificuldades ligadas ao alfabetismo funcional.

7.2. Objetivos Específicos

Identificar como a escolaridade das mulheres rurais do Espírito Santo varia conforme as diferentes faixas de renda domiciliar per capita.

Comparar os anos de estudo das mulheres rurais com menor renda com os das mulheres rurais com maior renda.

Verificar como a escolaridade muda entre diferentes faixas etárias.

Analisar como a situação de trabalho se relaciona com a escolaridade, separando quem está ocupada, desocupada e quem está fora da força de trabalho.

Discutir como o lugar onde a pessoa mora, a situação financeira e as tarefas domésticas podem dificultar a continuidade ou o retorno aos estudos.

Identificar o que a PNAD Contínua permite analisar sobre o analfabetismo funcional e apontar suas limitações para esse estudo.

7.3. Hipótese

A hipótese era que mulheres de baixa renda que moram em áreas rurais do Espírito Santo teriam, em média, menos anos de estudo do que mulheres rurais com renda mais alta, e que idade e situação de trabalho poderiam mudar essa relação. Mas os resultados mostraram que a ligação entre renda e escolaridade foi mais fraca do que se esperava.

8. METODOLOGIA

8.1. Delineamento da Pesquisa

Este estudo usa métodos quantitativos, descritivos e exploratórios, junto com análise socioeducacional. A pesquisa empírica usou microdados da PNAD Contínua, do IBGE, do segundo trimestre de 2024. Esse período permite cruzar dados educacionais com informações demográficas, de território, economia e trabalho.

O estudo incluiu mulheres com 15 anos ou mais que moram em áreas rurais do Espírito Santo. A seleção levou em conta sexo, estado e se a casa fica em área rural ou urbana.

A pesquisa não vê a escolaridade como uma variável sozinha. Renda, idade, trabalho e território também influenciam as oportunidades educacionais. Por isso, as associações encontradas são descritas como relações descritivas e exploratórias, não como provas de causa e efeito.

8.2. Variáveis Utilizadas

As variáveis principais foram sexo, estado, se a casa fica em área urbana ou rural, idade, escolaridade, renda domiciliar por pessoa e situação de trabalho.

A escolaridade foi medida pelos anos de estudo e pela distribuição dos níveis de instrução. O rendimento domiciliar per capita, dividido em cinco faixas, representou a dimensão econômica. A idade foi separada em 15 a 24 anos, 25 a 39 anos, 40 a 59 anos e 60 anos ou mais.

O trabalho foi dividido em ocupadas, desocupadas e pessoas fora da força de trabalho. As estimativas usaram os pesos amostrais da PNAD Contínua, então os resultados mostram a população estimada pelo desenho amostral.

8.3. Procedimentos Estatísticos

Primeiro, selecionamos as observações de mulheres com 15 anos ou mais que moram em áreas rurais do Espírito Santo. Depois, calculamos estatísticas descritivas sobre escolaridade, renda, idade e situação de trabalho.

Foram calculadas a média e a mediana dos anos de estudo. Também se analisou como as mulheres se distribuem pelos níveis de instrução e sua presença no mercado de trabalho. Para verificar a ligação entre renda e escolaridade, calculamos as médias de anos de estudo em cada faixa de rendimento domiciliar per capita.

A análise também foi separada por faixa etária. Para a média de anos de estudo, usamos intervalos de confiança de 95%. Fizemos uma

análise exploratória da relação entre renda e anos de estudo com correlação ponderada e um modelo exploratório em que usamos a renda em logaritmo e a idade, incluindo o termo quadrático da idade. O objetivo foi descrever associações e não provar que uma coisa causa a outra.

8.4. Limitações Metodológicas

A principal limitação está em como se define analfabetismo funcional. A PNAD Contínua não usa a mesma avaliação direta de competências que o INAF. Por isso, o estudo não calcula uma taxa de analfabetismo funcional.

A expressão vulnerabilidade ao analfabetismo funcional aparece aqui como uma categoria analítica feita para este trabalho. Ela não é uma categoria oficial do IBGE ou do INAF e não serve como diagnóstico individual.

Outra limitação vem do fato de os dados serem transversais. Eles mostram associações em um período específico e não permitem dizer que renda, trabalho ou território causaram certo nível de escolaridade. Raça ou cor, composição familiar, características dos municípios, acesso a escolas, conectividade e trajetórias familiares também podem influenciar os resultados e não foram analisados de forma completa.

9. RESULTADOS E DISCUSSÃO

9.1. Características da População Analisada

Depois de aplicar os filtros definidos na metodologia, a população ficou em cerca de 194.749 mulheres com 15 anos ou mais que

moram em áreas rurais do Espírito Santo. A média de anos de estudo foi de 8,43, com intervalo de confiança de 95% entre 8,16 e 8,70 anos. A mediana foi de 9 anos.

Tabela 1. Indicadores de educação e trabalho de mulheres rurais com 15 anos ou mais, Espírito Santo, 2º trimestre de 2024

Indicador	Resultado
População estimada	194.749
Média de anos de estudo	8,43
IC de 95%	8,16–8,70
Mediana de anos de estudo	9,0
Sem instrução	5,78%
Ensino fundamental incompleto ou menos	46,47%
Ensino médio completo ou mais	33,72%
Ensino superior incompleto ou completo	10,63%
Na força de trabalho	48,61%
Ocupadas	47,34%
Desocupadas	1,27%
Fora da força de trabalho	51,39%

Fonte: Microdados da PNAD Contínua, 2º trimestre de 2024.

O dado mais relevante mostra que 46,47% das mulheres analisadas tinham ensino fundamental incompleto ou menos. Isso mostra que trajetórias de baixa escolaridade continuam comuns no meio rural.

Já 33,72% terminaram o ensino médio ou chegaram ao nível superior, e 10,63% tinham ensino superior incompleto ou completo.

Esses números não significam que todas as mulheres com baixa escolaridade sejam analfabetas funcionais. Eles apontam que há um grupo grande com menos tempo de estudo formal. Essa condição pode aumentar a chance de enfrentar dificuldades em situações que exigem competências escolares.

9.2. Renda e Escolaridade

A hipótese inicial era que haveria uma diferença mais marcada de escolaridade entre mulheres rurais de baixa e de alta renda. Mas os resultados não mostraram um padrão linear claro entre as diferentes faixas de rendimento.

Tabela 2. Rendimento domiciliar per capita e média de anos de estudo das mulheres rurais, Espírito Santo, 2º trimestre de 2024

Faixa de rendimento	População estimada	Percentual	Média de anos	IC de 95%
Até 1/4 de salário mínimo	72.229	37,09%	8,13	7,77–8,49
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	4.750	2,44%	9,24	7,82–10,65
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	6.466	3,32%	8,60	7,21–9,98
Mais de 1 a 2 salários mínimos	16.762	8,61%	8,58	7,72–9,43
Mais de 2 salários	94.542	48,54%	8,57	8,24–8,91

mínimos				

Fonte: Microdados da PNAD Contínua, 2º trimestre de 2024.

O grupo com renda de até um quarto de salário mínimo apresentou média de 8,13 anos de estudo, enquanto o grupo com mais de dois salários mínimos apresentou média de 8,57 anos. A diferença foi de aproximadamente 0,44 anos de estudo.

Embora a diferença possa indicar que as condições econômicas influenciam as oportunidades educacionais, ela é pequena. Também, os grupos intermediários não aumentam continuamente a escolaridade conforme a renda cresce.

A correlação ponderada entre renda e anos de estudo ficou em cerca de 0,046, o que mostra uma associação linear muito fraca. No modelo exploratório que usou o logaritmo da renda e a idade, o coeficiente ligado à renda foi de cerca de 0,028, com erro-padrão também em torno de 0,028. Esses dados não mostram que a renda, sozinha, seja o principal fator ligado à escolaridade das mulheres rurais do Espírito Santo.

9.3. Idade e Diferenças no Acesso à Educação

Tabela 3. Média e mediana de anos de estudo por faixa etária. Mulheres rurais com 15 anos ou mais. Espírito Santo, 2º trimestre de 2024

Faixa etária	População estimada	Percentual	Média de anos	Mediana
15–24 anos	35.790	18,38%	10,59	11

25–39 anos	59.420	30,51%	10,53	12
40–59 anos	61.859	31,76%	7,50	6
60 anos ou mais	37.680	19,35%	4,58	4

Fonte: Microdados da PNAD Contínua, 2º trimestre de 2024.

Mulheres de 15 a 24 anos tiveram média de 10,59 anos de estudo. Entre as de 25 a 39 anos, a média foi de 10,53 anos. Mulheres de 40 a 59 anos registraram média de 7,50 anos. O menor valor foi entre mulheres com 60 anos ou mais: 4,58 anos.

A diferença entre a faixa mais jovem e o grupo de 60 anos ou mais chega a cerca de seis anos de escolaridade. Esse dado mostra uma ligação entre gerações muito mais forte do que a diferença entre faixas de renda.

Mulheres mais velhas passaram por épocas em que havia menos opções de ensino, principalmente no campo. Elas tinham que percorrer distâncias maiores até a escola, havia menos escolas disponíveis, precisavam ajudar no trabalho da família e seguiam outros padrões sociais. Isso levou a trajetórias escolares mais curtas.

Embora seja importante para a discussão sobre vulnerabilidade educacional, o fato de mulheres mais velhas terem baixa escolaridade, sozinho, não é um diagnóstico de analfabetismo funcional.

9.4. Trabalho e Escolaridade

Do total analisado, 48,61% das mulheres estavam na força de trabalho. Entre elas, 47,34% tinham emprego e 1,27% estavam sem trabalho. As outras 51,39% não faziam parte da força de trabalho.

Esse resultado pede cautela na interpretação. Ficar fora da força de trabalho não quer dizer que a pessoa não faz nada. Mulheres podem cuidar da casa, de parentes ou trabalhar em atividades familiares, mas essas tarefas nem sempre aparecem igual nas estatísticas de emprego.

No campo, pode ser difícil separar trabalho doméstico, trabalho feito pela família e trabalho produtivo. Por isso, é preciso levar em conta a divisão sexual do trabalho ao analisar os caminhos educacionais.

9.5. Risco de Analfabetismo Funcional

Os resultados ajudam a detalhar o conceito de vulnerabilidade ao analfabetismo funcional que este artigo usa. O dado de 46,47% de mulheres com ensino fundamental incompleto ou menos mostra que há baixa escolaridade formal em uma parte grande da população analisada.

Porém, não dá para transformar esse percentual em taxa de analfabetismo funcional. O INAF faz avaliação direta de competências. Já a PNAD Contínua, usada neste estudo, não usa esse tipo de instrumento.

A soma de baixa escolaridade, idade avançada, pouca renda, barreiras no território e pouco acesso a serviços pode criar um cenário de mais vulnerabilidade na educação. Uma mulher idosa, com pouca escolaridade, poucos recursos e pouco acesso a serviços

digitais pode ter dificuldades diferentes das que enfrenta uma mulher jovem, com mais estudo e acesso à internet.

O conceito proposto permite conversar sobre a soma de desvantagens sem tratar as características socioeconômicas como um diagnóstico para cada pessoa.

9.6. Discussão dos Resultados e Efeitos para Políticas Públicas

Os resultados mostram que a desigualdade educacional entre mulheres rurais do Espírito Santo tem vários lados. A renda se ligou de forma positiva, mas fraca, com o tempo de estudo. A diferença entre quem tem menos renda e quem tem mais renda foi de 0,44 ano, e a correlação ponderada ficou baixa.

A idade mostrou uma associação bem mais clara. A média de escolaridade foi de cerca de 10,5 anos entre as mulheres mais jovens e caiu para 4,58 anos entre as que tinham 60 anos ou mais. Essa diferença se explica pelas desigualdades históricas no acesso à educação no meio rural.

Os resultados mostram que é preciso olhar gênero e território juntos. A distância até a escola, o transporte, as tarefas domésticas e de cuidado, o trabalho produtivo e o acesso a tecnologias podem pesar ao mesmo tempo nas trajetórias escolares.

A EJA é uma política importante para mulheres adultas que pararam de estudar. Ela só funciona bem quando existe oferta próxima, horários que encaixem com a rotina e transporte. Para mulheres que cuidam de outras pessoas, políticas de apoio também podem ser importantes.

A inclusão digital também precisa ser considerada. O acesso a bancos, benefícios sociais, serviços públicos, educação e vagas de trabalho agora depende muito de recursos digitais. Por isso, inclusão envolve conectividade, equipamentos e também preparo para que as pessoas possam usar essas ferramentas sozinhas.

Políticas para autonomia econômica, qualificação profissional, apoio à agricultura familiar e acesso a crédito podem somar às políticas de educação, mas não devem tomar o lugar da escolarização. O aumento da renda precisa estar ligado à garantia de tempo, de acesso e de condições para seguir estudando.

Também é preciso criar estratégias diferentes para cada faixa etária: evitar que jovens saiam da escola, aumentar as chances de retorno para mulheres adultas e oferecer educação continuada e inclusão digital para as mais velhas.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo examinou como as condições socioeconômicas e a escolaridade se relacionam com a vulnerabilidade educacional de mulheres com 15 anos ou mais que moram em áreas rurais do Espírito Santo, a partir dos microdados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2024.

Os resultados mostraram desigualdades marcantes entre os grupos analisados. A média de escolaridade foi de 8,43 anos e quase metade das mulheres tinha ensino fundamental incompleto ou menos. A ideia de uma relação forte e direta entre renda e escolaridade não se confirmou. A diferença entre as mulheres do grupo de menor renda e as do grupo de maior renda foi de 0,44 ano de estudo, e a correlação ponderada foi muito baixa.

Esse resultado não quer dizer que a renda não importa. A situação econômica ainda influencia as oportunidades educacionais, mas os dados mostram que ela deve ser considerada junto com outros fatores. Entre esses, a idade teve uma ligação especialmente forte.

As mulheres mais jovens tiveram em média 10,5 anos de estudo. As mulheres com 60 anos ou mais tiveram 4,58 anos. Essa diferença mostra desigualdade entre gerações e mostra que a vulnerabilidade educacional também vem de processos históricos de acesso desigual à escola.

Também é preciso entender a situação de trabalho de forma ampla. Mais da metade das mulheres não fazia parte da força de trabalho, mas isso não quer dizer que não tivessem nenhuma atividade. O trabalho doméstico, o cuidado de pessoas e as atividades produtivas em família muitas vezes não aparecem ou aparecem só em parte nas estatísticas comuns.

Outro resultado central é que é preciso separar escolaridade de alfabetismo funcional. Ter pouca escolaridade não prova que a pessoa seja analfabeta funcional. O diagnóstico precisa de uma avaliação direta das competências de leitura, escrita e matemática. Por isso, o conceito de vulnerabilidade ao analfabetismo funcional ficou restrito à categoria analítica.

Os resultados mostram que políticas públicas para mulheres rurais precisam juntar educação, território, gênero, idade, trabalho, cuidado e inclusão digital. A EJA, o transporte escolar, a conexão à internet, o apoio nas tarefas de cuidado e as políticas para autonomia econômica podem ajudar a aumentar as oportunidades de estudo.

Pesquisas futuras podem avançar se combinarem dados da PNAD com instrumentos específicos de avaliação de competências, entrevistas qualitativas e variáveis como raça/cor, composição familiar, conectividade, acesso às escolas e características dos municípios. Para entender a educação das mulheres rurais, é preciso olhar além do número de anos de estudo e analisar as condições sociais que ampliam ou limitam seus caminhos educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA; CONHECIMENTO SOCIAL. **Relatório INAF Brasil 2024:** alfabetismo do analógico ao digital. São Paulo: Ação Educativa; Conhecimento Social, 2025. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/publicacoes/relatorio-inaf-brasil-2024-alfabetismo-do-analogico-ao-digital/. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. **[Constituição (1988)].** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 out. 2026.

DUARTE, Laura M. G.; ZUMAK, Márcia Roziane. Contribuições do PRONAF Mulher e do PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz/ES: uma análise a partir da perspectiva de gênero. **Cadernos de Agroecologia,** v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6402. Acesso em: 6 out. 2026.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** segundo trimestre de 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-

pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html. Acesso em: 1 out. 2026.

IBGE. **Rendimento mensal domiciliar per capita 2025.** Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102240.pdf. Acesso em: 10 nov. 2026.

INEP. **A educação no Brasil rural.** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/a-educacao-no-brasil-rural. Acesso em: 6 out. 2026.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.